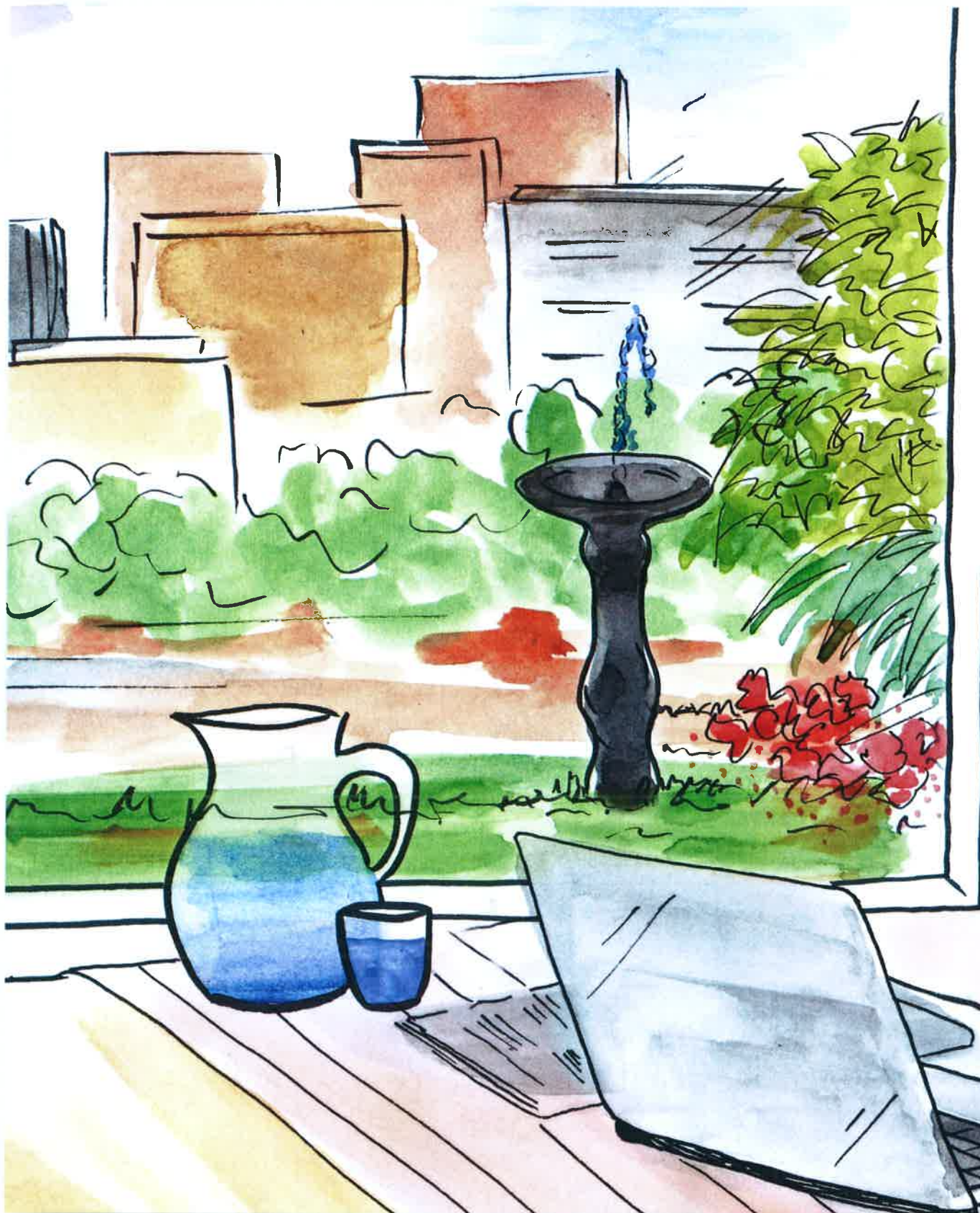




Aquamaior – Águas do Campo Maior, S.A.

Relatório e Contas 2017



aquamaior



ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	39



Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017.



Handwritten signature in blue ink.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO





ATIVIDADE DA EMPRESA



A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, por contrato celebrado a 29 de outubro de 2007, com o Município de Campo Maior, e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 4 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aquamaior irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de mais de 6,5 milhões de Euros.

Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos executadas no final do ano de 2017 são:

- Instalação de um Sistema de Telegestão;
- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Acondicionamento das instalações de água potável;
- Acondicionamento e melhoria das bombagens de água potável;
- Acondicionamento das instalações dos poços;
- Renovação de 100% do parque de contadores;
- Cartografia digitalizada das redes de abastecimento e saneamento e implementação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG);
- Setorização da rede de abastecimento para deteção e controlo de fugas;
- Projeto de nova conduta adutora desde a zona industrial de Campo Maior até Ouguela;
- Plano diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior;





- Renovação da rede de abastecimento de Degolados;
- Nova conduta adutora desde o reservatório do Zebro até aos depósitos Gémeos;
- Rede de abastecimento de água na zona de São Pedro;
- Adução ao Bairro da Misericórdia;
- Abastecimento de água da Meia Légua.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquamaior até ao final de dezembro de 2017 é o seguinte:

	Instalação de um Sistema de Telegestão	178.500,00
	Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável	8.925,00
	Acondicionamento das Instalações Água Potável	59.500,00
	Acondicionamento e Melhoria das Bombagens de Água potável	4.760,00
	Acondicionamento das Instalações dos Poços	14.875,00
	Renovação de 100% do Parque de Contadores	220.036,00
	Cartografia Digitalizada das Redes de Abastecimento e Saneamento e Implementação de um Sistema SIG	71.400,00
Plano de Investimentos	Sectorização da Rede de Abastecimento para o Controlo e Detecção de Fugas	35.700,00
	Projeto de nova conduta desde a Zona Industrial de Campo Maior até Ouguela	35.700,00
	Fornecimento e instalação da conduta Zona Industrial Campo Maior-Ouguela	65.013,99
	Plano Diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior	17.850,00
	Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados	1.244.409,40
	Subtotal	1.956.669,39
	Nova conduta desde o reservatório do Zebro até à zona dos depósitos Gémeos	1.147.425,00
	Construção de reservatório no Zebro de 1.500 m³	20.457,28
Outras Atuações Projetadas no Plano de Investimentos	Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113, Campo Maior	94.828,26
	Adução ao Bairro da Misericórdia	51.632,66
	Abastecimento de Água da Meia Légua	90.807,91
	Subtotal	1.405.151,11
	Total	3.361.820,50



Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimentos e realizadas durante o ano de 2017 é o seguinte:

Desratização e desbaratização

Durante o ano de 2017 foram realizadas seis operações completas de desbaratização e desratização da rede de saneamento, complementadas com inúmeras ações pontuais, que resultaram de reclamações.

Intervenções na rede de abastecimento

Em 2017 para além dos trabalhos de manutenção da rede de abastecimento foram executadas várias reparações e melhoramentos da rede, entre os quais se podem destacar os seguintes:

- Reparação de várias hastes e cabeças móveis de válvulas de seccionamento;
- Colocação de novas válvulas de seccionamento em Campo Maior;
- Substituição de várias bocas-de-incêndio em fachadas;
- Instalações de válvulas de retenção em consumidores com habitações com furos;
- Substituição dos contadores de grandes consumidores;
- Reforço de ramais em várias habitações com falta de pressão;
- Mudança do local de instalação de contadores para as fachadas.

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aquamaior, aos utilizadores do concelho de Campo Maior é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2017. Este programa foi aprovado em 29 de Dezembro de 2016 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, estabelecido de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.



No ano de 2017, o cumprimento dos valores legislados foi de 100%, o que se considera ótimo, num total de 240 parâmetros analisados.



Em 2017, a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) atribuiu um “Selo de qualidade exemplar da água para consumo humano” à Aquamaior.





Volumes de água comprada e captada

Este ano o volume de água comprada diminuiu cerca de 6% em relação a 2016. Esta diminuição está relacionada com a reparação de roturas antigas e difíceis de encontrar e resultaram no aumento do rendimento técnico da rede de abastecimento.

Volume faturado por tipo de utilizador

O volume de água faturado aumentou 6,52% em relação a 2016. O volume faturado por cada tipo de utilizador desceu ligeiramente, do ano de 2016 para 2017, devido principalmente à diminuição dos consumos domésticos. Mesmo assim, o rendimento do sistema de abastecimento de água potável ficou nos 89%, tendo aumentado 10% em relação a 2016. Este excelente resultado deve-se a um controlo permanente do sistema no que a fugas diz respeito mas também a trocas de contadores levada a cabo e que permite reduzir significativamente as perdas por subcontagem.

O número de clientes passou de 4.684 utilizadores em 2016 para 4.656 em 2017.

Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano ocorreram 65 interrupções no fornecimento de água, todas elas por reparação de ramais. Não se registou nenhuma intervenção com interrupção no fornecimento de água superior a 6 horas.

Instalação de contadores

Foi realizado um estudo do parque de contadores existentes com uma amostra de contadores, do qual resultou uma campanha de substituição de 724 contadores por subcontagem. Para além destes foram ainda substituídos mais 171 por antiguidade e 58 por outras causas. No total, foram substituídos 953 contadores durante 2016.

Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento em 2017 foi de 65. Foram construídos 5 novos ramais de água.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2017 foi de 102. Durante o ano foram construídos 3 ramais de saneamento. Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, foram efetuadas diversas operações de manutenção e a limpeza de 10.200 metros da rede de saneamento.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.





A avaliação e prevenção de riscos, associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições existentes.

A Aquamaior obteve em novembro de 2015 a certificação de conformidade do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a Norma OHSAS 18001.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E AMBIENTE

A Aquamaior tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquamaior assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Campo Maior, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquamaior apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquamaior tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquamaior é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Aquamaior procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no período findo em 2017 de 7 pessoas, idêntico ao de 2016.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquamaior espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de público





essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Aquamaior no ano de 2017, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 1.299 milhares de Euros, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se uma estabilidade na rubrica de Vendas e Serviços Prestados (1.268.629,04 Euros em 2016 para 1.298.799,45 Euros em 2017). A rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11 não contribuiu para o volume de negócios do período e do ano anterior por ter sido nula.

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquamaior foi em 2017 de 1.181.960,64 o qual, comparado com o período anterior, que foi de 1.175.229,39 Euros, representa um aumento de 0,57%. Este valor excluiu o impacto do imposto do período.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados do inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 292.153,56 Euros, representando cerca de 24,72% do total dos gastos do período.

Comparativamente com o período anterior a mesma registava 321.138,69 Euros, representando então cerca de 27,33% do total dos gastos do período. Em valor absoluto, a variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de -9,03%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou 500.149,87 Euros, representando cerca de 42,32% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 461.992,55 Euros, representando então cerca de 39,31% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 8,26%.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 105.857,38 Euros, representando cerca de 8,96% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 110.500,71 Euros, representando então cerca de 9,40% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi de -4,20%.

A rubrica de outros gastos registou cerca de 52.245,95 Euros (4,42% do total dos gastos do período), tendo registado no período anterior cerca de 45.859,12 Euros (3,90% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações manteve-se quase inalterado, apresentando cerca de 144.428,65 Euros, para o período em análise, face a 145.142,18 Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 12,22% e 12,35%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquamaior registou no ano de 2017 82.373,20 Euros (equivalente a 6,97% do total dos gastos do período), tendo no ano anterior registado o montante de 90.596,14 Euros (equivalente a 7,71% do total dos gastos do período).



Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquamaior foi em 2017 de 1.300.984,66 Euros, o qual comparado com o período anterior, que foi de 1.272.823,87 Euros, representa um acréscimo de 2,21%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2017 o montante de cerca de 1.298.799,45 Euros, que comparado com o período anterior revela um aumento de 2,38% face ao valor de 1.268.629,04 Euros.

Em 2017 o valor das imparidade de dívidas a receber registado pela Aquamaior foi de -4.752,03 Euros.

A rubrica de outros rendimentos registou 2.185,21 Euros. A mesma rubrica registava em 2016 o valor de 4.089,66 Euros.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período, que ascende a 85.101,63 Euros. Em 2016 o mesmo apresentou-se positivo em 134.400,79 Euros.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto (EBITDA) registado, foi de 345.825,87 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento de 3,75% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento de 7,02%, situando-se no final de 2017 em 201.397,22 Euros.

	Ano 2017	Ano 2016
Rentabilidade do ativo total	2,42%	3,75%
Rentabilidade dos capitais próprios	29,66%	66,58%
Rentabilidade das vendas	6,55%	10,59%
EBITDA	345.825,87 €	333.332,80 €
EBIT	201.397,22 €	188.190,62 €

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, revela uma variação significativa nas principais rubricas, ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 3.568.934,40 Euros em 2016 para 3.514.204,10 Euros em 2017.

Em termos desagregados, os capitais próprios aumentaram de 201.869,76 Euros em 2016 para 286.971,39 Euros em 2017, tendo o passivo diminuído de 3.367.064,64 Euros em 2016 para 3.227.232,71 Euros em 2017.



Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2017, em termos percentuais, um ligeiro acréscimo dos mesmos face ao ano de 2016:

	Ano 2017	Ano 2016
Capitais próprios	286.971,39 €	201.869,76 €
Passivo total	3.227.232,71 €	3.367.064,64 €
Passivo corrente	407.231,01 €	384.562,94 €
Ativo total	3.514.204,10 €	3.568.934,40 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	8,17%	5,66%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	8,89%	6,00%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	91,83%	94,34%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	12,62%	11,42%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do período.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquamaior encontra-se em mandato para o triénio 2016-2018.

A Administração da Aquamaior está determinada em prosseguir a implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, a Aquamaior encara o futuro com otimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 85.101,63 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: 85.101,63 Euros



AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquamaior aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Campo Maior, ao 28 de março de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luis Francisco de Lope Alonso

Presidente



Guillermo Moya García-Renedo

Vogal



Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal



Isidoro Antonio Marbán Fernández

Vogal



Handwritten signature in blue ink.



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.****BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016***Em euros*

	NOTAS	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2 ; 6	3.541,65	9.212,45
Ativos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	2.707.397,22	2.842.767,08
Ativos por impostos diferidos	3.5 ; 7	144.054,66	168.406,54
subtotal		2.854.993,53	3.020.386,07
Ativo corrente			
Inventários	3.6 ; 16	33.979,19	31.276,20
Clientes	3.8 ; 9	249.872,73	199.142,40
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	8.367,67	2.128,82
Outros créditos a receber	3.8 ; 9	47.224,52	53.818,74
Diferimentos	10	1.574,83	2.892,24
Caixa e depósitos bancários	3.8 ; 4	318.191,63	259.289,93
subtotal		659.210,57	548.548,33
Total do ativo		3.514.204,10	3.568.934,40
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	3.7 ; 14	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	3.7 ; 14	825.000,00	825.000,00
Reserva legal	3.7 ; 14	10.000,00	5.554,55
Resultados transitados	3.7 ; 14	(683.130,24)	(813.085,58)
Resultado líquido do período	3.7 ; 14	85.101,63	134.400,79
Total do capital próprio		286.971,39	201.869,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.11 ; 6	670.001,70	670.001,70
Financiamentos obtidos	3.8 ; 12	1.650.000,00	1.812.500,00
Outras dívidas a pagar	3.8 ; 11	500.000,00	500.000,00
subtotal		2.820.001,70	2.982.501,70
Passivo corrente			
Fornecedores	13	131.365,24	26.096,83
Adiantamentos de clientes	3.8 ; 9	1.687,46	5.366,39
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	1.620,97	3.393,75
Financiamentos obtidos	3.8 ; 12	162.500,00	50.000,00
Outras dívidas a pagar	3.8 ; 13	110.057,34	299.705,97
subtotal		407.231,01	384.562,94
Total do passivo		3.227.232,71	3.367.064,64
Total do capital próprio e do passivo		3.514.204,10	3.568.934,40

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



AQUAMAIA - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	3 9 ; 15	1 298 799,45	1 268 629,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(292 153,56)	(321 138,69)
Fornecimentos e serviços externos	17	(500 149,87)	(461 992,55)
Gastos com o pessoal	18	(105 857,38)	(110 500,71)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(4 752,03)	105,17
Outros rendimentos	19	2 185,21	4 089,66
Outros gastos	20	(52 245,95)	(45 859,12)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		345.825,87	333.332,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(144 428,65)	(145 142,18)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		201.397,22	188.190,62
Juros e gastos similares suportados	22	(82 373,20)	(90 596,14)
Resultado antes de impostos		119.024,02	97.594,48
Imposto sobre o rendimento do período	23	(33 922,39)	36 806,31
Resultado líquido do período		85.101,63	134.400,79

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em euros

RUBRICAS	Notas	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.244.490,97	1.290.859,72
Pagamentos a fornecedores		(766.034,83)	(824.842,97)
Pagamentos ao pessoal		(106.427,38)	(110.500,71)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(12.270,23)	(6.917,14)
Outros recebimentos/(pagamentos)		(76.514,56)	(61.258,82)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		283.243,97	287.340,08
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2.199,99)	0,00
Ativos intangíveis		(86.020,99)	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(88.220,98)	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	12	(50.000,00)	(50.000,00)
Juros e gastos similares		(86.121,29)	(117.476,60)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(136.121,29)	(167.476,60)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		58.901,70	119.863,48
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	259.289,93	139.426,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	318.191,63	259.289,93

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

MOVIMENTOS NO PERÍODO							Em euros	
	Nota	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período		50.000,00	825.000,00	5.554,55	(813.085,58)	134.400,79	201.869,76	
Aplicação do resultado	14	-	-	4.445	129.955,34	(134.400,79)		
Resultado líquido do período						85.101,63	85.101,63	
Posição no fim do período		50.000,00	825.000,00	10.000,00	(683.130,24)	85.101,63	286.971,39	

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

MOVIMENTOS NO PERÍODO							Em euros	
	Nota	Capital realizado	Outros Instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período		50 000,00	825 000,00	5 554,55	(748 244,17)	(64 841,41)	67 468,97	
Aplicação do resultado	14	-	-		(64 841,41)	64 841,41	-	
Resultado líquido do período						134 400,79	134 400,79	
Posição no fim do período		50 000,00	825 000,00	5 554,55	(813 085,58)	134 400,79	201 869,76	

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

Tiago Santos



O Conselho de Administração

[Handwritten signature]



TS
H
n
h
h



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., (adiante designada por “Aquamaior” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede na Rua de São João, 2A em Campo Maior, constituída em 4 de outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de março de 2008, tem como objeto a Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, e a sua atividade inclui a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquamaior foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto no contrato de concessão de serviço público celebrados com o Município e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.





Handwritten signature in blue ink.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações de estimativas contabilísticas e erros e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 4.032 milhares de Euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contractual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquamaior reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos



As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispendios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, que são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.



3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários aos inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é



distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas, se após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e





- Outras dívidas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9. RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.



3.10 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.





Handwritten signature in blue ink.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era:

	Ano 2017	Ano 2016
Caixa	4.990,00 €	5.000,00 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	219.489,20 €	157.174,11 €
Caixa Geral de Depósitos	93.712,43 €	97.115,82 €
Total	318.191,63	259.289,93
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	318.191,63 €	259.289,93 €

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que deveriam ter sido corrigidos.



Handwritten signature in blue ink.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e Reclassificações	Saldo em 31.12.2017
Ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	86.810,80 €	1.188,00 €	87.998,80 €
Equipamento de transporte	1.575,86 €	2.199,99 €	3.775,85 €
Equipamento administrativo	21.766,92 €	0,00 €	21.766,92 €
Total	110.153,58 €	3.387,99 €	113.541,57 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e Reclassificações	Saldo em 31.12.2017
Ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	94.084,15 €	(7.646,58) €	86.437,57 €
Equipamento de transporte	1.575,86 €	275,00 €	1.850,86 €
Equipamento administrativo	5.281,12 €	16.430,37 €	21.711,49 €
Total	100.941,13 €	9.058,79 €	109.999,92 €
Saldo líquido	9.212,45 €	(5.670,80) €	3.541,65 €

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e Reclassificações	Saldo em 31.12.2016
Ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	86.810,80 €	0,00 €	86.810,80 €
Equipamento de transporte	1.575,86 €	(0,00) €	1.575,86 €
Equipamento administrativo	21.766,92 €	0,00 €	21.766,92 €
Total	110.153,58 €	(0,00) €	110.153,58 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e Reclassificações	Saldo em 31.12.2016
Ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	84.903,36 €	9.180,79 €	94.084,15 €
Equipamento de transporte	1.575,86 €	0,00 €	1.575,86 €
Equipamento administrativo	4.689,59 €	591,53 €	5.281,12 €
Total	91.168,81 €	9.772,32 €	100.941,13 €
Saldo líquido	18.984,77 €	(9.772,32) €	9.212,45 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



Handwritten signature in blue ink.

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e Reclassificações	Saldo em 31.12.2017
Ativos intangíveis em Firme	4 031 822,20 €	0,00 €	4 031 822,20 €
Total	4.031.822,20 €	0,00 €	4.031.822,20 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e Reclassificações	Saldo em 31.12.2017
Ativos intangíveis em Firme	1 189 055,12 €	135 369,86 €	1 324 424,98 €
Total	1.189.055,12 €	135.369,86 €	1.324.424,98 €
Saldo líquido	2.842.767,08 €	(135.369,86) €	2.707.397,22 €

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e Reclassificações	Saldo em 31.12.2016
Ativos intangíveis em Firme	4 031 822,20 €	0,00 €	4 031 822,20 €
Total	4.031.822,20 €	0,00 €	4.031.822,20 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e Reclassificações	Saldo em 31.12.2016
Ativos intangíveis em Firme	1 053 685,26 €	135 369,86 €	1 189 055,12 €
Total	1.053.685,26 €	135.369,86 €	1.189.055,12 €
Saldo líquido	2.978.136,94 €	(135.369,86) €	2.842.767,08 €

Provisões

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, 4.031.822,20 euros, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2017	Ano 2016
Saldo inicial	670.001,70 €	670.001,70 €
Aumentos	0,00 €	0,00 €
Diminuições	0,00 €	0,00 €
Saldo final	670.001,70 €	670.001,70 €

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Plano de Investimento já executado ascende a 3.361.820,50 euros.



Handwritten signature in blue ink.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2017	Ano 2016
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	168.406,54 €	121.704,33 €
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	(24.351,88) €	46.702,21 €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	(24.351,88) €	46.702,21 €
Saldo final	144.054,66 €	168.406,54 €

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis e prejuízos fiscais reportáveis. A empresa registou o correspondente imposto diferido ativo sobre os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, pois é convicção da Administração que existirão resultados líquidos positivos no futuro.

Detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores:

	Prejuízos Fiscais	Utilizado 2013	Utilizado 2016	Utilizado 2017	Por Utilizar	Ano Limite
Ano 2012	(299.872,41)	139.900,50	85.371,50	74.600,40	(0,00)	Ano 2017
Ano 2014	(53.920,87)			13.681,06	(40.239,81)	Ano 2026
Ano 2015	(45.291,16)				(45.291,16)	Ano 2027
	(399.084,44)	139.900,50	85.371,50	88.281,46	(85.530,97)	

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Ativo		
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		
Pagamento especial por conta	7.668,89 €	12.024,72 €
Pagamento por conta	6.730,16 €	0,00 €
Estimativa de imposto do período (Nota 23)	(9.570,51) €	(9.895,90) €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
IVA a recuperar	3.539,13 €	0,00 €
Total	8.367,67 €	2.128,82 €
	Ano 2017	Ano 2016
Passivo		
Retenção de impostos sobre o rendimento	276,00 €	438,75 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00 €	1.114,67 €
Contribuições para a segurança social	1.344,97 €	1.840,33 €
Total	1.620,97 €	3.393,75 €



Handwritten signature in blue ink.

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Clientes		
Clientes C/C	257.024,92 €	201.542,56 €
Perdas por Imparidade Acumuladas	(7.152,19) €	(2.400,16) €
Total	249.872,73 €	199.142,40 €

Perdas por imparidade:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de créditos a receber foi como segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Saldo inicial	(2.400,16) €	(2.505,33) €
Reforço	(12.595,56) €	(6.891,18) €
Reversão	7.843,53 €	6.996,35 €
Saldo final	(7.152,19) €	(2.400,16) €
Variação Ano	(4.752,03)	105,17

Outros créditos a receber:

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Outros créditos a receber		
Pessoal	570,00 €	0,00 €
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	46.654,52 €	53.818,74 €
Total	47.224,52 €	53.818,74 €

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.

Adiantamentos de clientes:

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Adiantamentos de clientes	1.687,46 €	5.366,39 €
Total	1.687,46 €	5.366,39 €



Handwritten signature and initials in blue ink.

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	1.574,83 €	2.892,24 €
Total	1.574,83 €	2.892,24 €

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 100% da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2017			Ano 2016		
	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	5.730,32 €	0,00 €	12.465,20 €	7.576,80 €	0,00 €	98.486,19 €
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	0,00 €	500.000,00 €	10.412,17 €	9.888,56 €	500.000,00 €	13.720,83 €
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	1.941,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	7.671,90 €	500.000,00 €	22.877,37 €	17.465,36 €	500.000,00 €	112.207,02 €

O valor apresentado na rubrica de “Outras dívidas a pagar – não corrente” no montante de 500.000 Euros, diz respeito a um empréstimo não corrente da casa-mãe, com vencimento anual a 31 de janeiro de cada ano e renovações sucessivas. A renovação ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. Este financiamento está neste momento negociado à taxa de juro de 3,00% acrescida de Euribor a 3 meses. Até 31 de dezembro de 2017 e 2016, o acionista não manifestou a intenção de não renovação deste contrato, razão pela qual se encontra registado como passivo não corrente.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2017			Ano 2016		
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Outros gastos (Nota 20)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Outros gastos (Nota 20)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	76.445,12 €	0,00 €	0,00 €	29.500,86 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	0,00 €	9.298,00 €	13.359,18 €	0,00 €	9.888,56 €	13.720,83 €
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	11.658,94 €	0,00 €	0,00 €	11.677,01 €	0,00 €	0,00 €
Total	88.104,06 €	9.298,00 €	13.359,18 €	41.177,87 €	9.888,56 €	13.720,83 €



Handwritten signature in blue ink.

12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Financiamentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Passivo não corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.650.000,00 €	1.812.500,00 €
Total	1.650.000,00 €	1.812.500,00 €
	Ano 2017	Ano 2016
Passivo corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	162.500,00 €	50.000,00 €
Total	162.500,00 €	50.000,00 €

Nota: Em 31 de Dezembro de 2017, o empréstimo bancário refere-se a um financiamento contratado em Agosto de 2014 por um período de 81 meses, o qual vence juros indexados à Euribor a 6 meses acrescida de 4%. O financiamento será reembolsado em 27 prestações trimestrais e sucessivas conforme o seguinte plano:

- As prestações correspondentes ao 3º e 6º mês após a outorga no valor de 25.000 Euros;
- As prestações entre o 9º e o 42º mês após a outorga no valor de 12.500 Euros;
- As prestações entre o 45º e o 78º mês após a outorga no valor de 50.000 Euros;
- A prestação a ocorrer no 8º mês corresponderá ao remanescente do capital em dívida.

13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	7.671,90 €	17.465,36 €
Fornecedores c/c	123.693,34 €	8.631,47 €
Total	131.365,24 €	26.096,83 €
	Ano 2017	Ano 2016
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	13.233,09 €	13.233,09 €
Fornecedores de investimentos (nota 11)	12.465,20 €	98.486,19 €
Credores por acréscimos de gastos		
Partes relacionadas (nota 11) - FCC Aqualia	9.298,00 €	13.720,83 €
Outros - juros Santander Totta	6.645,83 €	7.085,26 €
Outros acréscimos de gastos	0,00 €	23.819,24 €
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos	67.301,05 €	143.361,36 €
Partes relacionadas (nota 11) - FCC Aqualia Juros	1.114,17 €	0,00 €
Total	110.057,34 €	299.705,97 €



Handwritten signature in blue ink.

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.

Reserva Legal

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 31 de dezembro de 2017 a Reserva Legal encontra-se totalmente realizada.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 19 de maio de 2017, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 134.400,79 Euros, foi alocado da seguinte forma: 4.445,45 euros para Reserva Legal e 129.955,34 euros para rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 30 de junho de 2016, o resultado líquido negativo do período findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 64.841,41 Euros, foi transferido para rubrica de resultados transitados.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Vendas	1.271.550,21 €	1.228.387,71 €
Serviços prestados	27.249,24 €	40.241,33 €
Total	1.298.799,45 €	1.268.629,04 €

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Matérias-primas		
Inventários iniciais	31.276,20 €	25.516,06 €
Compras	294.856,55 €	326.898,83 €
Inventários finais	33.979,19 €	31.276,20 €
Total	292.153,56 €	321.138,69 €



Handwritten signature in blue ink.

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Serviços especializados	426.530,93 €	384.852,93 €
Materiais	4.929,70 €	7.882,57 €
Energia e fluidos	15.593,34 €	13.673,40 €
Deslocações, estadas e transportes	1.646,02 €	2.323,23 €
Serviços diversos	51.449,88 €	53.260,42 €
Total	500.149,87 €	461.992,55 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 88.104,06 Euros e 41.177,87 Euros, respetivamente (Nota 11).

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Remunerações	82.616,13 €	81.900,32 €
Encargos sociais	13.678,86 €	17.720,99 €
Seguros de acidentes de trabalho	1.262,15 €	1.230,38 €
Outros gastos com o pessoal	8.300,24 €	9.649,02 €
Total	105.857,38 €	110.500,71 €

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, de 7 colaboradores.

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Outros rendimentos	2.185,21 €	4.089,66 €
Total	2.185,21 €	4.089,66 €

20. OUTROS GASTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:





Handwritten signature in blue ink.

	Ano 2017	Ano 2016
Serviços bancários	29.093,23 €	26.959,59 €
Dívidas incobráveis	5.182,94 €	6.996,35 €
Outros gastos	39,72 €	5.865,39 €
Impostos e taxas	17.930,06 €	5.491,05 €
Multas e penalidades	0,00 €	516,74 €
Donativos	0,00 €	30,00 €
Total	52.245,95 €	45.859,12 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 9.298,00 Euros e 9.888,56 Euros, respetivamente (Nota 11).

21. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2017	Ano 2016
Ativos fixos tangíveis	9.058,79 €	9.772,32 €
Ativos intangíveis	135.369,86 €	135.369,86 €
Total	144.428,65 €	145.142,18 €

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresenta no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	82.373,20 €	90.596,14 €
Total	82.373,20 €	90.596,14 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 13.359,18 Euros e 13.720,83 Euros respetivamente (Nota 11).

23. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Campo Maior, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o período de 2017, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.



Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2014 a 2017 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais (PF) apurados em 2017 são reportáveis durante um período de cinco anos (doze anos para os PF apurados entre 2014 e 2016 e cinco anos para os apurados em 2012 e 2013).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme segue:



Handwritten signature in blue ink.

	Ano 2017	Ano 2016
Resultado antes de impostos	119.024,02 €	97.594,48 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	135.369,86 €	135.369,86 €
Donativos	0,00 €	30,00 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infracções	0,00 €	516,74 €
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00 €	5.731,48 €
Outros custos a acrescentar	0,00 €	8.333,64 €
Créditos incobráveis	5.182,94 €	6.996,35 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(125.616,91) €	(125.616,91) €
Reversão imparidade	(7.843,53) €	(6.996,35) €
Lucro tributável	126.116,38 €	121.959,29 €
Prejuízos reportados de anos anteriores	(88.281,46) €	(85.371,50)
Matéria coletável	37.834,91 €	36.587,79 €
Coleta	7.345,33 €	7.083,44 €
Pagamento especial por conta (Nota 8)	7.345,33 €	7.083,44 €
Retenções na fonte	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta (Nota 8)	6.730,16 €	0,00 €
IRC a pagar/(recuperar)	(6.730,16) €	(0,00) €
Derrama	1.891,75 €	1.829,39 €
Tributações autónomas	333,43 €	983,08 €
Total a pagar/(recuperar)	(4.504,98) €	2.812,46 €
Imposto corrente do período (Nota 8)	9.570,51 €	9.895,90 €
Imposto diferido ativo (Nota 7)	24.351,88 €	(46.702,21) €
Imposto do período	33.922,39 €	(36.806,31) €

Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo	119.024,02	97.594,48
Imposto diferido ativo (2741/8122)	(24.351,88)	46.702,21
Imposto do período com impacto do imposto diferido ativo no resultado	(33.922,39)	36.806,31
Resultado após impacto do imposto diferido ativo	85.101,63	134.400,79

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

24. ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existiam na Aquamaior ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

25. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez:

Este risco tem origem nos desfazamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.



Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa tinha em Caixa e Equivalentes o montante de 318.191,63 Euros tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 283.243,97 Euros. A empresa apresenta uma dívida financeira de curto prazo no montante 162.500 Euros e de médio e longo prazo no montante de 1.650.000,00 Euros.

Os Administradores da Aquamaior elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

26. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Leaseplan no ano 2014, pelo período de 36 meses. Os mesmos contratos foram renovados no final de 2017 por mais 24 meses.

Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos mais 15.255,59 Euros, que se discriminam da seguinte forma:

Ano	Valor
2018	8.117,04 €
2019	7.138,55 €
TOTAL	15.255,59 €

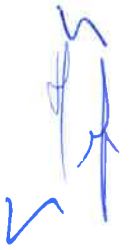
O CONTABILISTA CERTIFICADO

235776157
Iago Santos
89865



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

aquamaior p.38



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um ativo total de 3.514.204 euros e um total de capital próprio de 286.971 euros, incluindo um resultado líquido de 85.102 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2018 Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

Nº

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os órgãos de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

NB

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 9 de maio de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. ("Entidade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 9 de maio de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC